

JOÃO FREIRE \*

1974-1984: EVOCAÇÃO OU RENOVAÇÃO  
DA IDEIA ANARQUISTA?

Quando surgiu o movimento de 25 de Abril de 1974, o anarquismo era uma ideologia a que se fazia alguma referência, mas exclusivamente em termos históricos. Graças aos livros pioneiros de César Oliveira e de alguns outros, procurava-se descobrir a memória e as raízes de um movimento operário e sindical que as exigências políticas da hora empurravam para a ribalta. Por outro lado, as várias correntes esquerdistas tinham interesse imediato em atacar, quer o tradicional oposicionismo republicano (que apresentava o regime saído do 5 de Outubro como exemplar), quer o partido comunista (e a sua hegemonia operária): para isso, o anarco-sindicalismo do passado era-lhes bastante útil. Mas só para isso.

Os sobreviventes da antiga CGT e do anarquismo organizado tinham, com efeito, desaparecido da cena política portuguesa desde o início dos anos 50. Desde então, houve militantes que dispersaram os seus esforços por várias iniciativas oposicionistas, mas não mais conseguiram manter a ideia de um movimento ou organização que poderia ressurgir publicamente tão depressa as condições políticas e repressivas o permitissem. É certo que tiveram uma presença meritória no movimento cooperativo, nomeadamente através do Ateneu Cooperativo — Fraternidade Operária de Lisboa e do seu *Boletim Cooperativista*; que animaram a importante Associação dos Inquilinos Lisbonenses; que tentaram pôr de pé, mas sem sucesso, durante a abertura marcelista, um centro editor e difusor das ideias do sindicalismo revolucionário e libertário; que, no Brasil, Roberto

---

\* Director de *A Ideia*, revista de cultura e pensamento anarquistas.

das Neves e Edgar Rodrigues mantinham uma infatigável acção oposicionista; que participaram nos congressos anarquistas internacionais de 1968 e 71, eles mesmos consequência de um reacender do entusiasmo pelo anarquismo; que no seguimento de Maio 68 tinham aparecido, nomeadamente no estrangeiro, alguns jovens a aderirem a esta ideologia e a começarem uma actividade militante — tudo isto não impediu porém que, no dealbar do 25 de Abril de 74, o anarquismo estivesse no grau zero da escala da influência pública.

A partir do recobrar das liberdades civis e políticas, os velhos e novos militantes ficaram confrontados com uma multiplicidade de interrogações. Ao contrário dos restantes agrupamentos de esquerda, eles não só não tinham um programa minimamente definido de actuação em tais circunstâncias, como — dado de base para quem queira compreender o meio militante libertário — tinham ideias bastante diferenciadas sobre o que seria possível e desejável fazer, fenómeno este agravado por dois factos particulares: por um lado, a inactividade prolongada de muitos militantes havia-lhes retirado o sentido prático das aspirações populares e o das oportunidades políticas; por outro, imediatamente se fizeram sentir as diferenças de atitudes entre os militantes da velha geração e a maior parte dos jovens que tinham como referências principais o espontaneísmo *soixante-huitard* e a libertação sexual.

Apresentando-se no nível mercado das ideologias aparentemente com tantas possibilidades como qualquer outra, a ideia anarquista não conseguiu, na realidade, compradores para o seu produto e permaneceu confinada a uma esfera marginal, sem qualquer possibilidade de alterar a conjuntura política. Tentemos ver porquê.

### *O anarquismo prático*

Um dos aspectos que mais impressionou os observadores de então foi a grande mobilização dos actores sociais que se desatou logo após o sucesso do golpe militar de Abril de 74. Operários, estudantes, soldados, camponeses, lumpen, pequenos e médios burgueses — toda a gente agia e sentia que tinha motivos para não se deixar ficar parada. A *permissividade* é então a regra, quer por parte dos frágeis aparelhos de poder (eles próprios atingidos e perturbados pela mesma vaga de contestação), quer inclusivé nas relações sociais — o que não exclui os conflitos, mas transfere a sua dinâmica para uma esfera essencialmente ideológica e simbólica.

Mas atrás das palavras vieram os actos e rapidamente se entrou no ciclo da experimentação das relações de força entre grupos sociais, de que os atentados à propriedade foram o mais flagrante dos exemplos. As ocupações de casas vazias, de propriedades agrícolas e de empresas, e seu usufruto e gestão pelos respectivos ocupantes-trabalhadores, foram um dos principais dados da conjuntura político-social dos anos 74-75.

Tais aspectos levaram a que o referido período já tivesse sido analisado e caracterizado como a fase *libertária* do processo aberto em 25 de Abril (ao qual se seguiria uma fase *revolucionária* marcada pela dramatização do discurso e pelo endurecimento das práticas políticas — e, a partir do 25 de Novembro, uma fase *democrática*, a qual, bem entendida, nada tem de natural e espontânea e só resulta de um confronto vitorioso entre forças político-militares).

Ora, a permissividade, o activismo e a a-legalidade daquela primeira fase foram a expressão tangível e social de um *anarquismo prático* ao qual os anarquistas portugueses foram, por assim dizer, estranhos. Viram-no com olhos mais ou menos favoráveis. Alguns participaram directamente nessa prática. Mas, não só não o determinaram ou minimamente o influenciaram, como — adversidade preocupante — desconfiavam profundamente de algumas das forças mais activamente empenhadas nele. Como poderia um anti-militarista (como são todos os libertários) apreciar o papel do COPCON e dos seus homens de armas «sempre, sempre ao lado do povo»?

### *O anarquismo simbólico*

Uma segunda grande fonte de dificuldades para o anarquismo situou-se na erupção espontânea e social de uma expressividade hiper-crítica a nível do discurso e do simbólico. Foi o fenómeno dos «anarcas» e das respectivas «bocas» e «últimas», transmitidas por via oral ou mais normalmente através de mensagens murais, raramente pela via planfletária.

Está ainda por fazer o estudo do significado deste movimento. Mas é certo que, se ele encontrou aceitação ou mesmo apoio (vide jornal *A Merda*, por exemplo) por parte de alguns sectores do militantismo anarquista, o maior número sentiu-se confundido e até ultrajado pelas ambiguidades de fundo e pela violência das formas de um tal discurso.

Com efeito, a crítica «anarca» atingia impiedosamente os novos aspirantes ao poder, que se situavam quase exclusivamente na ala esquerda do espectro político e na área ideológica

do marxismo. Difícil era, por vezes, distinguir onde acabava a irreverência «anarca» e onde começava a resistência direitista que, acossada por todos os lados, não tinha quase outro espaço onde se exprimir se não o extra-institucional. E até o discurso político se apresentava, por vezes, como um terreno armadilhado: lembremo-nos do debate sobre a descolonização e do «federalismo» (conceito caro aos libertários) de Spínola, ou, noutro campo, nas propostas «basistas» que envolviam uma parte da esquerda militar e dos grupos políticos de extrema-esquerda (LUAR, PRP e mesmo a efémera FUR).

O próprio termo de «anarco-populismo», lançado com algum sucesso pelos líderes mais empenhados numa saída democrática institucional para o processo revolucionário, parecia talhado por medida para lançar a maior perturbação nos arraiais libertários, na medida em que amalgamava inteligentemente a barafunda e os atropelos de uma época em que forças profundamente autoritárias (PC e semelhantes) possuíam grande capacidade de manobra, com o rótulo do anarquismo, que, evidentemente, era de todo estranho a tais cometimentos, sem deixar contudo de sentir alguma simpatia pelo clima de «anarquia» reinante.

#### *O anarquismo dos anarquistas*

Perante estas duas formas de «anarquismo» geradas fora do seu seio e que, ainda por cima, o suplantaram esmagadoramente em reconhecimento social, o anarquismo dos militantes anarquistas — novos e antigos — foi incapaz de superar as dificuldades da conjuntura e sair dela em melhor posição do que tinha à partida. Pior: cindiu-se.

Numa primeira aproximação, julgamos poder distinguir três grupos, três atitudes, três maneiras substancialmente diferentes, não propriamente (ainda) de entender as ideias-chave do anarquismo, mas antes de *gerir a discrepância entre este ideal e a realidade*.

Um primeiro grupo dirá que, sem perder de vista os valores, os grandes conceitos e objectivos do anarquismo, se torna necessário encarar com realismo as condições concretas da sociedade presente e dispor de suficiente maleabilidade táctica para ir adaptando a sua acção ao evoluir das situações. Considera as posições demasiado rígidas como ineficazes, incompreendidas, prejudiciais. Por isso aceita ceder sobre o acessório para salvar o essencial. Podemos, pois, qualificar este grupo pelos adjectivos de *possibilistas ou realistas*.

Tal atitude corporizou-se essencialmente nos núcleos militantes constituídos em torno dos jornais *A Batalha*, *Voz Anarquista* (de Almada) e da revista *A Ideia*. O primeiro — a bandeira pública mais significativa dos anarquistas em todo este período — terá tido algumas flutuações de posições e orientação mas, tirando uma curta fase, por volta de 1979, manteve sempre uma linha de referência aos movimentos sociais que lhe pareciam poder escutar o discurso libertário: os trabalhadores, na produção e no espaço de habitação; mais tarde, os jovens, e as suas preocupações sociais e culturais. Que o filão ideológico sindicalista-revolucionário tenha ido perdendo nitidez e capacidade de proposta parece-nos menos significativo que a sua atitude constante de procurar estar em sintonia com um movimento social visto como potencial transformador da realidade social.

Por seu lado, *Voz Anarquista* procurou aparecer como defensor de um ideário anarquista intransigente, disposição que não impediu que sempre permanecesse muito realista face aos acontecimentos e nas posições práticas que teve de tomar. Só que a sua referência era, diferentemente d'*A Batalha*, não as forças sociais que se moviam na sociedade portuguesa, mas sim uma comunidade especial dispersa pelo mundo: a velha geração internacional do anarquismo histórico, aquela que ainda conheceu as revoluções russa e espanhola e se encontra naturalmente em vias de extinção biológica.

No que toca ao grupo editor d'*A Ideia*, verifica-se a sobreposição de duas coisas: por um lado, um pensamento em *evolução* (o que facilmente se compreende pela sua composição sociológica); mas por outro, idênticas preocupações possibilistas. Assim, se certas «exaltações» e «excessos de linguagem» da fase 74-77 — contrastando com a «moderação» dos anos recentes — podem ser tomadas à conta do seu processo evolutivo próprio, já a aposta em estruturar uma organização anarquista formal na primeira época, e o carácter cada vez mais cultural da intervenção que a revista foi tendo, se explicam sobretudo pela maneira como as pessoas deste grupo gerem a tensão real-ideal, essencialmente adaptativa, e que lhes é, ao fim e ao cabo, consubstancial.

Diferentemente dos anteriores, um segundo grupo de militantes anarquistas refere-se mais à realidade do que propriamente ao ideal. A tensão ideal-sociedade presente é resolvida, sistematicamente, em favor desta última. «As massas», «o povo», «os oprimidos» têm sempre razão, precisamente pela razão de serem «massa», «povo», «oprimidos». Os valores e os ideais doutrinários do anarquismo esfumam-se aqui, necessariamente, até

mais não serem, por vezes, senão uma vaga referência. O forte pendor nele exercido pelas razões colectivas leva-nos a qualificar este grupo de *populistas ou colectivistas*.

Esta disposição condu-lo naturalmente para «onde estão as massas». E como não são suficientemente fortes para o jogo do entrismo organizado, aderem em ordem dispersa a várias forças ou situações, por vezes até marcadamente opostas. Houve (há) quem milite nas comissões de trabalhadores e de moradores, nos sindicatos, cooperativas e outras associações populares de base. Outros votaram e até se inscreveram em partidos políticos: encontrámo-los desde a extrema-esquerda e franjas da APU até ao PS, e isto desde 1975 até hoje. Nessa época, havia-os nas ocupações e até na tropa. Depois, têm acompanhado todas as lutas sociais (ou que encenam sê-lo) que transbordam os canais institucionais, no Alentejo ou nas bandeiras pretas dos operários desempregados. O tema da *traição* está presente com frequência neste grupo, como hipótese explicativa das derrotas pontuais, que não hão-de contudo impedir a «vitória final». Os traidores são, ora os chefes da esquerda «reformista», ora os do PC e outros «vanguardistas», quando não os próprios libertários possibilistas.

Finalmente, um terceiro grupo distingue-se do primeiro porque, longe de estar disposto a adaptar-se à realidade, quer transformá-la, e muito rapidamente. Abomina as «concessões» daqueles e argumentará que a intransigência dará mais e melhores frutos. Quixote chegou até nós; os realistas estão esquecidos no dia seguinte. E, de qualquer modo, a medida do êxito e da ineficácia não o interessa grandemente. A medida, somos nós próprios, o individual. Daí que, por esse lado, se distinga fortemente também do grupo que qualificámos de populista. A tensão ideal-real é resolvida através de uma redistribuição de posições onde o real tem pouco a ver com o real-social, e muito com o real-subjectivo de cada um de nós. Chamaremos então a este grupo de *pessoalistas e inflexíveis*.

Se nele se situam necessariamente os ultra-individualistas e a-sociais, seria um preconceito identificá-lo automaticamente com certos «violentos» e «anti-organizativos». Há de uns e de outros, neste grupo, como há também moralistas e surrealistas. Nos refluxos dos grandes entusiasmos, é compreensível que daqui surjam alguns desesperados, revoltosos e depressivos, formas exteriores diferentes de um comum e irreprimível *mal de viver*.

Em Portugal, nestes anos, a expressão pública desta atitude assumiu sobretudo a forma do discurso. Não tendo sido praticamente inquietados pela repressão policial, não houve, por assim

dizer, factores exógenos a empurrar algum sector do militan-tismo anarquista para formas violentas e radicais de acção. A uma linguagem dura (veja-se, por exemplo, a publicação *Acção Directa*, ou a *Subversão Internacional*) não correspondeu um activismo político equivalente. Além de que uma parte impor-tante deste potencial subjectivo de revolta (presente sempre que se analisa o libertarismo) terá sido canalizado para a área cul-tural e estética.

### *Velho e novo anarquismo*

Mas as clivagens aparecidas entre os militantes anarquistas portugueses não são todas imputáveis a atitudes de natureza psico-sociológica. Há também divergências explícitas de ordem política, queremos dizer, de tática e estratégia da intervenção, e mesmo de natureza ideológica, isto é, que atingem os *corpus* doutrinal do anarquismo clássico.

Tal facto tem levado alguns a falarem mesmo num *novo* (ou neo) anarquismo ou fase *libertária* do anarquismo), que se distinguiria de um outro, implicitamente qualificado de «velho» e que teria terminado na Espanha de 39 o seu papel histórico transformador. É neste neo-anarquismo que a revista *A Ideia* tem insistido, em Portugal, sobretudo de 1978 para cá.

Trata-se de um movimento «revisionista», de auto-reflexão crítica, que de há uns anos a esta parte se está a dar um pouco por todo o mundo onde a ideologia anarquista conquistara alguma expressão. E talvez mais fortemente nos países onde a tradi-ção anarco-sindicalista e insurreccionalista terá deixado menos marcas. Mas verifica-se claramente que este discurso corres-ponde a uma alteração de fundo na composição sociológica do militan-tismo, em que os operários (artesanaís ou industriais) foram substituídos por trabalhadores «terciários», os «intelec-tuais» predominam sobre os «manuais», e as mulheres conqui-staram uma presença significativa.

Os anarquistas de hoje — em Portugal, como nos outros países — são uma minoria marginal, incapazes de alterar o curso das coisas, ao contrário do que aconteceu no princípio do século. Mas, diferentemente de há vinte anos, já não são uma seita fechada sobre si própria, alimentando-se dos seus erros passa-dos. Estão divididos, talvez mais divididos do que nunca, mas assiste-se a um enorme debate e à emergência de novas propo-sições que podem ser prelúdio de reordenamentos teóricos e práticos importantes.

Assim, à referência ao trabalho substitui-se a referência à cultura e à informação; ao actor social «movimento operário» opõe-se-lhe os «novos movimentos sociais» ou de maneira ainda mais pulverizada os «cidadãos-trabalhadores-consumidores»; a noção de «revolução» é criticada e dá lugar a conceitos como «processo», «sistema» ou «mutação»; a legitimidade da violência é confrontada com a ideia de «direitos humanos» e interpe-lada pelos fenómenos do totalitarismo e da dissidência; o ecologismo, o pacifismo e o feminismo, temas desde sempre presentes no pensamento libertário, agigantam-se e tornam-se predominantes, pelo menos nas suas práticas; discute-se a «terceira vaga» tecnológica, que conta com partidários e opositores; ao *socialismo* dominante no seu pensamento, sobretudo económico, sucede-se a redescoberta do liberal, esquecido e menosprezado durante muito tempo; o próprio tema da participação institucional nos sistemas políticos (municipal, mas também nacional e em instituições especializadas escola, empresa etc.) deixa de ser tabu para se tornar objecto de debate público. E por aí adiante.

É certo que a ideologia anarquista apresenta alguns sinais de envelhecimento e de esclerose, mas não está provado que não contenha igualmente a dose suficiente de elementos revitalizadores capazes de lhe transmitirem um segundo fôlego e consequências sociais ainda dificilmente imagináveis.